

CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Roberta Kafrouni – Universidade Positivo
rkbeta@hotmail.com

Este artigo tem por objetivo oferecer uma reflexão sobre o papel das políticas públicas para juventude na constituição da subjetividade dos jovens contemplados por elas. O ponto de partida desta pesquisa foi o estudo da dimensão subjetiva da experiência de ingressos num programa voltado ao atendimento a jovens.

Por dimensão subjetiva entende-se o conjunto de aspectos psicológicos que constituem o sujeito em determinado momento histórico.

Tratam da forma como os indivíduos registram o mundo em que vivem e sua experiência nesse mundo, como orientam sua ação nesse mundo; como produzem produtos materiais e espirituais; como apresentam esses produtos aos outros homens e os utilizam. (GONÇALVES, 2003 p.3).

Esta definição de dimensão subjetiva alicerça-se nos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, a partir da qual o homem é visto como um ser ativo, social e histórico. Nesta perspectiva o homem só se constitui como tal na relação com o mundo social. Mas este mundo social que o determina é também determinado por ele. Ao vir à existência o indivíduo apreende, por meio da interação com outros indivíduos de seu grupo, os modos de viver, significar, produzir, da sociedade em que está inserido. Este aprendizado, entretanto, não é mera modelagem de comportamento. Cada indivíduo apreende de forma particular os modos de vida de seu grupo, o que o leva a viver, produzir e significar de forma particular. À medida que interage com o mundo social, sua particularidade se expressa concretamente e produz mudanças na sociedade, num movimento contínuo. Assim a subjetividade expressa a síntese entre o individual e o coletivo sem reduzir o indivíduo a qualquer um destes aspectos. Portanto, a abordagem da dimensão subjetiva da experiência de adolescentes num programa social permite retomar as condições sociais que a configuram.

A análise da dimensão subjetiva da experiência dos jovens no programa revelou um conjunto de aspectos que se repetiram na fala dos participantes da pesquisa. Estes elementos gerais constituem a subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2004) dos adolescentes que integram o programa aqui abordado. Esta categoria – subjetividade social – permite perceber elementos gerais de sentido subjetivo, produzidos socialmente em cada espaço de subjetivação social. Abordar elementos de subjetividade social é de fundamental importância, pois, pretende-se discutir neste artigo o que os programas e políticas públicas para juventude, encarados como espaço de subjetivação, contribuem para construir em termos de subjetividade. Para tanto, é preciso, antes de mais nada, compreender a trajetória de constituição das próprias políticas públicas voltadas ao jovens e os significados de juventude produzidos neste percurso.

No Brasil, a preocupação com a infância e a juventude já estava presente na transição do século XIX para o século XX, mais especificamente com a parte empobrecida da população jovem brasileira. O interesse pela infância, especificamente a parcela considerada abandonada e delinqüente, refletia a preocupação com o futuro do país. “*Afirmava-se que salvar a criança era salvar a país*” (RIZZINI, 2006 s/p).

A criança era vista nos primeiros anos da República como em perigo e perigosa. Nesse período é construída juridicamente a categoria “menor” que designa a

infância pobre e potencialmente perigosa. A organização da Justiça e da Assistência nas primeiras décadas do século XX teria como propósito “salvar a criança para transformar o Brasil” (RIZZINI, 2006 s/p). Neste contexto surgem os Juizados de Menores e o Código de Menores. E neste período a infância pobre é criminalizada estando, assim, sujeita à ação da Justiça e da Assistência.

No Brasil, o Código de Menores de 1927 é apontado como o marco temporal do início da preocupação pública com a assistência à juventude. Entre 1930 e 1943 consolidou-se a assistência social na forma do atendimento aos “menores” e de proteção social à criança, medidas preventivas de saúde e assistência social e na obrigatoriedade do ensino fundamental. De 1964 a 1988 foi criada e atuou a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Finalmente, em 1990 foi promulgado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (MENDONÇA, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inaugurou uma nova forma de conceber o jovem, que passou a ser encarado, pelo menos do ponto de vista jurídico, como sujeito de direitos, foi um avanço na discussão do tema, pois resgatou a condição de cidadão a uma parcela da população associada até então à imagem de “menor”, “infrator” ou “delinqüente”. (SPOSITO, 2003). Contudo, a construção de condições para que o estatuto jurídico de cidadão seja não só uma condição de direito, mas de fato, tem se mostrado ainda insuficientes

No período de promulgação do ECA, as ações voltadas aos jovens partiam da noção de risco social e as políticas foram pensadas a partir dos problemas sociais enfrentados pela população jovem. São propostos, neste período, programas orientados para o controle social do tempo livre, destinados especialmente aos jovens pobres moradores das periferias das cidades brasileiras. Além disso, as concepções que embasavam as ações giravam em torno da prevenção, controle ou compensação dos problemas sociais que atingiam a população jovem (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Por parte do governo federal alguns passos foram dados em direção a formulação de uma política pública mais integrada. Em 2003 foi criada a Comissão de Políticas Públicas de Juventude da Câmara Federal e realizadas audiências em todos os estados brasileiros em preparação à Conferência Nacional, levantando informações para a elaboração do Plano Nacional de Juventude. A criação de um Grupo Interministerial em 2004, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, articulando 19 ministérios, cujo objetivo foi elaborar um diagnóstico das ações voltadas à juventude na esfera Federal originou, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). O resultado deste processo foi a definição da Política Nacional de Juventude, cuja implementação tem sido coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República (BRASIL, 2006).

Em 2005 foi criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão consultivo da Secretaria Nacional de Juventude. É “um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira” (BRASIL, 2006, p.18). O Conjuve é composto por representantes do poder público e da sociedade civil, representada por entidades, movimentos e redes de jovens, bem como especialistas na temática da juventude.

Analisando as políticas públicas descritas pelo governo federal em 2006 é possível perceber inicialmente um aumento do número de programas na área da Educação. Identificam-se como objetivos dos programas a manutenção dos jovens no sistema formal de ensino e a capacitação profissional.

Nota-se também a formulação de programas voltados a jovens das áreas rurais, tendo como principal objetivo o estímulo à continuidade desta população nestas áreas

por meio de linhas de financiamento. Outro objetivo identificado é a permanência dos jovens filhos de agricultores familiares no ensino formal.

Em relação ao trabalho parece que o inicial fomento ao empreendedorismo juvenil que começou a se desenhar no governo Fernando Henrique Cardoso, foi substituído por ações voltadas à inclusão no mercado de trabalho. A política de estímulo ao primeiro emprego organiza-se agregando um conjunto de programas voltados a esta meta.

Alguns pontos importantes relativos às concepções e práticas correntes relativas à juventude caracterizam a trajetória das políticas públicas de juventude no Brasil.

- Historicamente há uma separação entre a juventude das elites e a juventude pobre; sendo esta última o alvo das políticas públicas especificamente voltadas aos jovens.

- A juventude pobre foi considerada desde os primórdios do Brasil República sob um duplo enfoque: como ameaça à ordem pública e como população alvo de assistência. Estas concepções mantêm-se até os dias atuais.

- Apesar dos avanços no campo jurídico que atribuem a crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos, representado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, esta noção está esvaziada de sentido, o que se expressa na práticas promovidas pelas políticas públicas. Práticas que encaram o jovem como carente de valores que deverão ser ensinados, e como alvo de uma assistência que não é encarada como direito, mas como favor, que deverá ser retribuído por meio de ações comunitárias (LEÃO, 2003). Outro aspecto que indica a falta de reconhecimento do Estado da condição de cidadãos dos jovens pobres é o baixo estímulo à participação na própria elaboração das políticas públicas a eles dirigidas.

- As políticas públicas de juventude ainda carecem de uma institucionalidade forte o que reduz a legitimidade das ações elaboradas e implementadas por setores e atores que não se comunicam entre si, gerando uma diversidade de orientações e concepções das ações dirigidas à população juvenil.

1.1. A PESQUISA

Nesta pesquisa enfocamos uma instituição qualificada pela Secretaria da Criança e da Juventude do Paraná como um programa, sob a Coordenação de Ações Protetivas juntamente com outros seis programas que abordam diferentes temáticas e especificidades. A instituição é uma autarquia vinculada à Secretaria da Criança e da Juventude e é Caracterizada como unidade de Proteção Social Básica. Neste trabalho adotaremos a denominação da Secretaria e nos referiremos à instituição pesquisada como *programa*.

O público-alvo da instituição são adolescentes caracterizados como em situação de risco e vulnerabilidade social, o que é declarado nos documentos da instituição em sua missão e objetivo.

O objetivo da instituição é assegurar o direito à aprendizagem¹: a qualificação dos adolescentes, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e a formação educacional, profissional e de geração de trabalho e renda.

¹ A aprendizagem é definida pela lei nº 10.097/2000 e define que as empresas devem ter uma cota de 5% a 15% de jovens entre 14 e 18 anos como aprendizes. Esta cota é obrigatória para empresas de médio e grande porte e é calculada conforme o número de funcionários que trabalham em funções que exijam formação específica, excetuando-se funções gerenciais de nível superior e técnico. Com o decreto nº 5598/2005 a faixa etária foi ampliada para 14 a 24 anos. A empresa empregadora é responsável pela formação técnico-profissional do jovem e subsidia o Programa de Aprendizagem fornecido por

O ingresso dos adolescentes no programa ocorre por meio de processo seletivo. Até 2007 era realizada uma prova escrita de Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências e conhecimentos gerais, mas, conforme entrevista junto aos técnicos em 2008, a primeira etapa deixaria de existir a partir deste ano. Na segunda etapa uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais e Pedagogos realizava avaliações por meio de entrevistas com o objetivo de analisar a estrutura familiar e a situação sócio-econômica. São priorizados adolescentes provenientes de entidades assistenciais. O processo ocorre durante o segundo semestre de cada ano. Todos os adolescentes que concluem o processo de formação teórica são encaminhados ao mercado de trabalho.

A pesquisa teve três fontes básicas de informação: os documentos que normatizam o programa, as entrevistas dos técnicos do mesmo, e as entrevistas de quatro adolescentes com idades entre 14 e 16 anos, dois meninos e duas meninas; ingressos no programa. As entrevistas foram analisadas por meio da construção dos Núcleos de Significação do Discurso (AGUIAR e OZELLA, 2006).

1.2. A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS NO PROGRAMA

Nas entrevistas desvelaram-se sentidos subjetivos que revelavam as apreensões particulares que cada jovem fazia do programa. No entanto, o conjunto das entrevistas também permitiu identificar elementos da subjetividade social dos adolescentes atendidos pelo programa. Estes elementos são apresentados a seguir.

1.2.1. As concepções de adolescência/juventude

Apesar das diferenças entre os entrevistados, adolescência ou juventude foi definida por eles como um período em que estão presentes rebeldia, suscetibilidade à influência dos pares, inconseqüência; mas ao mesmo tempo, como um período de possibilidades que podem ser aproveitadas.

Os jovens do programa negariam as características negativas da juventude sendo mais disciplinados, obedientes aos adultos e às figuras de autoridade, preparando-se para o futuro. A identificação com estas características é apresentada pelos adolescentes como um dos motivos para o ingresso no programa, um motivo mais significativo do que a condição de risco ou vulnerabilidade social, que é apenas mencionada, mas não enfatizada. Não há nem mesmo a certeza de que esta condição seja determinante para o ingresso do jovem no programa, levando a pensar que os jovens entrevistados não se identificam com a condição de risco e vulnerabilidade social. Em sua concepção a entrada no projeto se dá muito mais por características positivas que eles possuiriam do que pela falta, ou privação.

1.3.2 A disciplina

A disciplina é uma característica presente em todas as entrevistas. É atribuída a ela uma função educativa e formativa dos adolescentes, que em todas as entrevistas revelam uma identificação com este aspecto que aparece na forma de apreciação pela rigidez disciplinar do programa, a concordância com este estilo (“deveria ter nos colégios”) ou pela descrição de si mesmo como uma pessoa disciplinada.

A disciplina parece ser mais enfatizada nas entrevistas dos adolescentes que estão a menos tempo no programa, são os adolescentes que estão no período denominado “pré-aprendizagem”. Este período é caracterizado como uma preparação

não só teórica, mas comportamental dos adolescentes. É neste período que os adolescentes passam a conhecer as normas do programa e seu código disciplinar. Na fala dos adolescentes que já estão no programa há mais tempo a disciplina também aparece, mas está mais relacionada ao aprendizado de condutas adequadas no ambiente de trabalho, enquanto que no discurso dos adolescentes mais novos no projeto a disciplina está mais relacionada à contenção ou treinamento do comportamento do adolescente. Na fala destes últimos a disciplina aparece como responsável por ensinar o jovem a “se relacionar em sociedade” e por impedir que se envolva em comportamentos inadequados (“fazer bagunça no ônibus”).

1.3.3 A formação para o trabalho

O trabalho é mencionado pelos adolescentes como uma vantagem do programa e um dos fatores que os levou a buscar o projeto. Embora as entrevistas tenham apontado ganhos na forma de uma preparação mais abrangente do adolescente, em todas as entrevistas os adolescentes descreveram as matérias ministradas no programa como voltadas para o desempenho satisfatório das atividades no trabalho. Os conteúdos da matéria de Ética foram descritos como comportamento no trabalho, apresentação pessoal, obediência às autoridades no ambiente de trabalho. O trabalho também é descrito como um ambiente de formação que proporciona a aplicação dos conteúdos apresentados pelo programa. A formação está voltada para o que o adolescente deve e não deve fazer. Uma dos adolescentes colocou que a matéria de Legislação abordaria os direitos e deveres, mas nenhum dos adolescentes entrevistados citou qualquer direito aprendido nas matérias cursadas. No entanto, o discurso de todos os entrevistados está repleto de deveres.

A formação é colocada por todos os adolescentes como uma vantagem no mercado de trabalho. Uma das adolescentes chegou a fazer uma comparação entre o jovem que terminou a formação no programa e o jovem que não a terminou, afirmando que o primeiro estaria adiantado dois anos, em termos de carreira em relação ao segundo. Assim a formação é altamente valorizada pelos adolescentes, representando uma vantagem competitiva.

1.3.4 O papel da força de vontade

A força de vontade foi outro aspecto presente na fala de todos os adolescentes entrevistados. Foi identificada como um critério de seleção dos jovens, como a razão da permanência no programa, como condição para alcançar os objetivos traçados. A força de vontade seria também a razão do sucesso e a falta dela seria a explicação para o fracasso profissional do adolescente.

Vê-se, assim, o quanto o adolescente se vê responsável por sua trajetória. Apenas em uma entrevista um dos adolescentes mencionou as dificuldades em se conseguir o primeiro emprego, ainda assim, predominou em sua fala o discurso da força de vontade como o antídoto para qualquer dificuldade. Não transpareceu em nenhuma entrevista a percepção das condições externas ao sujeito que poderiam dificultar ou impedir a consecução de seus objetivos.

1.3.5 O futuro

Os planos futuros dos jovens entrevistados estão diretamente relacionados à continuidade da trajetória iniciada no programa: dois dos entrevistados pretendem estudar e trabalhar no ramo de atividade em que trabalham atualmente como aprendizes. Outra adolescente entrevistada tem como objetivo permanecer no projeto para participar

na formação de outros jovens como ela, ou seja, seus planos estão relacionados diretamente à continuidade da experiência no programa.

Novamente, os planos futuros dos adolescentes entrevistados parecem envolver apenas seu próprio desempenho. Outro aspecto a ressaltar é que não aparece na fala dos adolescentes a possibilidade de seus planos fracassarem.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICA DE JUVENTUDE E A INTERNALIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PSICOSSOCIAIS DA EXCLUSÃO

Após o levantamento e organização dos conteúdos das fontes escritas do programa e entrevistas efetuadas nesta pesquisa configuraram-se alguns pontos para discussão. Alguns pontos de semelhança e outros de contraste entre a fala dos técnicos e a dos adolescentes lançam luz sobre a relação dos adolescentes com o programa e os sentidos e significados que dela emergem.

Primeiramente assinalamos alguns pontos de contraste na fala dos técnicos e na fala dos adolescentes que nos chamaram a atenção. O primeiro ponto de contraste é quanto à maneira como são descritos os jovens participantes do programa. Na fala dos técnicos, a principal característica destes jovens é a condição de risco/vulnerabilidade. Este é o critério de seleção mais importante para o ingresso no programa. A condição de risco/vulnerabilidade é definida, tanto no plano político-pedagógico como nas entrevistas, como uma condição configurada pela falta de acesso a direitos básicos, falta de condições econômicas, falta de estrutura familiar entre outras. Já na fala dos adolescentes a condição de risco/vulnerabilidade praticamente está ausente. Quando perguntados sobre os critérios de seleção para ingresso no programa, a resposta não deixa de incluir aspectos sócio-econômicos, mas estes são apenas citados. Os critérios enfatizados pelos adolescentes são força de vontade e a identificação com a disciplina. Os adolescentes entrevistados consideram seu ingresso no programa a partir da presença de certas características positivas, não pela ausência de condições concretas de vida que seriam adversas.

Este ponto é importante, pois permite perceber qual a visão que os adolescentes têm do programa e de si mesmos. Aprofundando o raciocínio poderíamos dizer que o programa é visto como um privilégio ou recompensa pela posse de certas características desejáveis. A compreensão do projeto como uma política pública, no terreno dos direitos e da cidadania parece estar longe da concepção dos adolescentes do programa.

Outra questão que surge como contraste entre as falas dos técnicos e a dos adolescentes é a disciplina. Profundamente enfatizada, tida como formadora na perspectiva dos próprios adolescentes, a disciplina está praticamente ausente da fala dos técnicos. Disciplina, neste contexto, refere-se tanto aos exercícios e normas da instituição – como normas de vestimenta, circulação no local, práticas cívicas – até o regimento disciplinar que prevê a perda de pontos por faltas cometidas até um limite que, se superado, pode acarretar a expulsão do projeto. Este conjunto de medidas é amplamente enfatizado pelos adolescentes, mas não é abordado desta forma pelos técnicos. Este regimento disciplinar está sob a responsabilidade da Polícia Militar e tem uma história tão longa quanto a da própria instituição. Modificações neste regimento foram experimentadas ao longo das últimas décadas. Um dos técnicos observou que a questão disciplinar passou a se tornar mais compreensiva com as faltas dos adolescentes no programa. Assim, os ingressos no programa que eram anteriormente punidos ou “castigados” por seus atrasos, passaram a ser “compreendidos”, mas a função da continuidade da disciplina militar no programa, principalmente após promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente não é clara na fala dos técnicos.

Como abordado anteriormente neste trabalho, o processo histórico de constituição das políticas públicas de juventude identifica uma parcela específica da população-alvo destas políticas com as crianças e adolescentes criminalizados, os “menores” (RIZZINI, 2006). Estes eram alvo de disciplina e contenção. A evolução da questão do “menor” com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente marca um esforço de reorientação da questão no sentido de considerar crianças e adolescentes sujeitos de direitos e não mais criminosos em potencial. Como entender, entretanto, a permanência da disciplina militar no programa? Uma hipótese seria a convivência de velhas e novas concepções sobre infância e juventude. A apreciação da disciplina pelos jovens também poderia marcar a internalização dos valores liberais que enfatizam o valor do esforço pessoal e da auto-disciplina como meio de ascensão social. Bem como uma visão de adolescência como potencialmente perigosa, exigindo contenção.

O papel do esforço pessoal no sucesso do adolescente tanto no programa quanto após sua saída foi um ponto de concordância nas entrevistas de técnicos e adolescentes. Este aspecto foi enfatizado por técnicos que ressaltaram a necessidade “do querer”, de se estar implicado com a proposta do programa; assim como os próprios adolescentes que ressaltaram a necessidade de “correr atrás”, esforçar-se, ter força de vontade. A força de vontade aparece como um componente constitutivo do indivíduo, não explicável por nenhuma condição externa a ele. A força de vontade é causa do sucesso e o antídoto das dificuldades. As condições sociais envolvidas na produção da exclusão social, como o desemprego, não são mencionadas nem por adolescentes nem por técnicos. Em contrapartida, o jovem se responsabiliza massivamente por seu sucesso social e profissional. Podemos identificar aí um dos pressupostos psicossociais da exclusão, como Guareschi (1999) coloca tão apropriadamente.

Em seu texto *Pressupostos psicossociais da exclusão* (1999), o autor descreve o surgimento da exclusão como resultante do acirramento das relações instituídas pelo capitalismo. Com o surgimento do capitalismo as relações que o definiam eram inicialmente as de dominação, da classe proprietária dos meios de produção sobre a classe trabalhadora; e as de exploração da primeira pela segunda. Com o desenvolvimento tecnológico, entretanto, há uma considerável diminuição dos postos de trabalho, tal como os conhecemos, isto é, dos empregos. O número dos que podem ser dominados ou explorados é bem menor e um grande contingente de pessoas nem mesmo chega ao mercado de trabalho. “A sociedade em geral, e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho” (Guareschi, 1999 p.144). A relação passa a ser de *exclusão*.

Guareschi (1999) prossegue descrevendo os pressupostos psicossociais da exclusão, a consequência ideológica das relações de exclusão produzidas pelo capitalismo: “a competitividade como geradora de exclusão”, “a estratégia da culpabilização” e a “exclusão dos saberes”. Desses, nos concentraremos nos dois primeiros. O primeiro pressuposto é que o progresso só é possível por meio da competitividade. A consequência da competitividade, a grande massa dos que perdem na competição, não é considerada. “O social é tratado como se fosse algo natural, e passa-se do natural ao cultural como uma desenvoltura de fazer inveja” (p.147). Esta estratégia psicológica é muito bem ilustrada na fala dos técnicos e dos adolescentes. Os primeiros vêm como resultado do programa a “empregabilidade” dos egressos, ou seja, os adolescentes formados pelo programa são competitivos, e jamais perdem a competição. Do lado dos adolescentes temos o discurso do “correr atrás”, da força de vontade que suplanta qualquer obstáculo. Além de tudo isso, temos uma naturalização do social. A força de vontade é característica intrínseca do adolescente, ou ele tem ou

não tem. Se tiver, será admitido no programa, se não, será excluído, uma vez que a falta desta vontade pessoal o impediria de se desenvolver adequadamente no mesmo.

O segundo pressuposto psicossocial é a “estratégia da culpabilização” pela qual “as pessoas são individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta” (p. 150), como se o social não existisse. Esta idéia está presente na fala dos adolescentes. Quando perguntados sobre o destino dos adolescentes que não continuam no projeto eles respondem que “se esforçarem-se o suficiente”, poderão ter sucesso. A condição de sucesso é o esforço pessoal, logo, a causa do fracasso é a falta deste. Nenhuma alusão às condições concretas de vida é feita. A liberdade é uma característica abstrata do homem, não relacionada às condições concretas de existência, “não tem mais nada a ver com o dia-a-dia das pessoas, ou com seus direitos humanos básicos ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde etc. É quase que uma espécie de ‘liberdade de espírito’” (p.144).

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRIBUEM POR PRODUZIR EM TERMOS DE SUBJETIVIDADE

Como exposto por Guareschi (1999), a exclusão implica na redução considerável do tipo tradicional de trabalho, o emprego. A redução e precarização do trabalho é um fenômeno sentido globalmente (MATTOSE e BALTAR, 1997) e conduz ao questionamento sobre as políticas de encaminhamento ao primeiro emprego. Estas políticas que envolvem capacitação e profissionalização dos jovens os estão preparando para quê? Nas entrevistas ficou claro que os planos futuros dos adolescentes giram em torno do emprego e que este é visto como um fim certo. A formação nos programas de aprendizagem visa o atendimento de uma demanda por mão-de-obra com um conhecimento específico. Mas aumentar a “empregabilidade” dos jovens implica em quê? No desenvolvimento dos “talentos” e “faculdades” que os tornarão mais competitivos? Se esta for a premissa, estamos diante de um feroz liberalismo que facilita o acesso ao mercado de trabalho, mas não o garante. Qual é a posição do Estado neste raciocínio? A de provedor de algumas armas (formação profissional e habilidades) aos que não a possuem para garantir que a competição seja mais justa?

E os sujeitos que são enfocados nesta política? Que tipo de sujeito esta política contribui a produzir?

As entrevistas apontaram para uma valorização do esforço pessoal, uma crença cega no poder do indivíduo frente a todos os obstáculos possíveis que o mundo externo ao sujeito poderia impor. Na contrapartida disso está a culpabilização do próprio sujeito. Aqui o termo culpa faz todo o sentido. Diante do fracasso num sistema em que a vontade individual é reconhecida como a única causa do sucesso, falhar implica numa opção do sujeito. Não há mais ninguém responsável por sua trajetória, portanto se o sujeito falha, a culpa é sua.

Outro aspecto explicitado na pesquisa foi o quanto a competição está presente na vida dos sujeitos entrevistados. O processo seletivo para o ingresso no programa não é vivenciado por eles como privilegiando indivíduos mais destituídos economicamente. Os adolescentes sentem-se privilegiados por alguma característica individual que os colocaria em situação de vantagem. Ao mesmo tempo o programa é visto como oportunidade, como o prêmio por algum merecimento prévio que potencializaria suas aptidões “naturais” e os colocaria numa posição ainda mais vantajosa no mercado de trabalho (uma das adolescentes entrevistadas diz que os integrantes do programa estariam sempre pelo menos dois anos a frente de qualquer outro jovem que não tenha freqüentado o programa). Tal raciocínio pressupõe a aceitação da exclusão como

natural. Uma vez que a ordem social foi naturalizada, não há o que fazer em relação a isso, apenas aproveitar as capacidades individuais para não ficar para trás.

O programa focado na pesquisa foi analisado como parte de um quadro mais amplo constituído pelos significados de juventude que embasam as políticas públicas no Brasil. Estas políticas públicas regem os programas de atendimento e, portanto, embasam práticas que são aplicadas a jovens que, por sua vez, constroem sentidos sobre sua experiência no programa e, em última análise, sobre si mesmos. Com o levantamento do contexto no qual se localiza a dimensão subjetiva da experiência de atendimento intencionou-se estimular o questionamento sobre os objetivos alcançados pelas ações sociais voltadas à juventude, pretendidos ou não. Buscou-se discutir também, a partir da consideração da experiência concreta dos jovens no programa, que sujeitos estas políticas visam produzir, assim como que pressupostos sociais estão em jogo neste contexto. Com isso teve-se por intenção integrar as contribuições da psicologia ao debate social.

Freqüentemente as análises dos programas voltados à juventude concentram-se nos pontos a serem criticados no programa. Muitas vezes a crítica se cristaliza e é repetida indefinidamente. Não raramente estas críticas deixam pouca margem para a consideração de aspectos que podem ser relevantes e orientar futuros modelos de atuação.

Não podemos deixar de notar que alguns aspectos no programa demandam um foco favorável. O primeiro que gostaríamos de enfatizar é que algumas práticas no programa visam o adolescente em sua integralidade. O programa oferece acompanhamento na escola, junto à família e no ambiente de trabalho, o que parece produzir resultados individuais positivos, conforme o depoimento dos técnicos. O esforço em “dar voz ao adolescente” e não fazer dele apenas o objeto de uma ação só poderia ser considerado como uma opção ética dentro da perspectiva de restituição da sua posição de sujeitos. O esforço dos técnicos em construir uma postura profissional embasada na pesquisa teórica e na discussão da prática (por meio da organização de um grupo de estudos) cotidiana merece elogios. É necessário aprofundar a discussão sobre o significado das práticas na instituição e considerar os aspectos que participam da constituição subjetiva dos jovens atendidos pelo programa. Há necessidade de se discutir qual é o sujeito pretendido nesta ação e na política de juventude que a rege.

As políticas de juventude que envolvem a participação dos jovens ainda são insipientes no Brasil. O programa aqui focado não é exceção. Parece haver por parte de alguns técnicos a percepção da necessidade de ouvir o adolescente. Mas não foram verificados mecanismos de estímulo à participação efetiva do jovem no programa. Este poderia ser um caminho para o estímulo à autonomia. Outra possibilidade seria reorganização do conteúdo do Programa de Aprendizagem para que este fosse voltado não só à aquisição de conhecimentos necessários aos empregos aos quais os adolescentes serão encaminhados, mas também para a promoção da percepção das condições sociais, políticas e econômicas existentes a que estão submetidos, possibilitando aos próprios jovens constituírem como protagonistas de suas trajetórias pessoais.

Finalmente, não se pode deixar de apontar que progressos na discussão da juventude já foram alcançados no Brasil, progressos resultantes da contribuição de diversos campos do conhecimento. Espera-se que a Psicologia, como a Sociologia e a Educação, ampliem sua contribuição específica, numa perspectiva ética, voltada à emancipação do sujeito.

1.6 REFERÊNCIAS:

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição de sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**. Jun. 2006, v. 26 n° 2 pp.222-245. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=es&nrm=is acesso em 22/04/2008.

BRASIL. **Guia Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

GONÇALVES, M.G.M. **Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens**. In: OZELLA, S. (org.) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. pp. 41-62. São Paulo: Cortez, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MENDONÇA, M. H. M. O desafio de atendimento À infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cad. Saúde Pública** v.18 supl. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v18s0/13798.pdf> acesso em 21/04/2008

LEÃO, G. M. A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão para jovens pobres. Na. **27ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, Rio de Janeiro: ANPED, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t036.pdf> acesso em 21/04/2008.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. **Transformações estruturais do emprego nos anos 90**. Ensaios, FEE, Porto Alegre, v.18, n.1, p.13-40, 1997.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. **An. 1 Congr. Int. Pedagogia Social** Mar. 2006. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext&tlng=pt acesso em 21/04/2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F.C. (orgs.) **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friederich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** , Rio de Janeiro, n. 24, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf> acesso em 21/04/2008.